



O que as teorias lésbicas têm a aprender com as epistemologias negras decoloniais?

Rayssa Lé Vilasboas Alves¹

RESUMO

Esse artigo se refere a um recorte de uma pesquisa de mestrado a partir de inquietações que emergem do campo pesquisado onde foi percebido que, por vezes, as teorias negras são comumente utilizadas para referenciar temas que tangem, ou até mesmo centram, as lesbianidades. A fim de compreender essa escolha epistêmica, inclusive não raramente em detrimento das próprias teorias lésbicas, esse trabalho se propõe a desvendar e refletir acerca de pontos de encontro e pontos de divergência entre as teorias lésbicas e negras propondo as epistemologias subalternas/decoloniais como possível interseção entre elas. Com intuito de trazer diálogos e pontes, como proposto pela Glória Anzaldúa (2005), esse trabalho apresenta como considerações finais a necessidade de considerar sexualidade e raça, assim como corporalidade, classe e território nas análises e propostas de mundo, compreendendo que as lesbianidades, e os corpos não brancos, não constituem categorias homogêneas mas que apesar de similitudes em suas vivências há também especificidades. Portanto, se faz imprescindível enxergar o colonialismo não como ponto final, mas ponto de partida, suas interferências na produção de epistemes que utilizamos em busca da decolonização do conhecimento.

Palavras-chave: Teorias lésbicas, teorias negras, decolonial, epistemologias.

Abstract: This article is part of a master's research and some concerns that emerge from the researched field where it was noticed that, sometimes, black studies are commonly used to refer to lesbians studies. This work aims at unveiling and reflecting on agreements and divergences between lesbian and black studies, proposing subaltern/decolonial epistemologies as a possible intersection between them. In order to initiate dialogues and establish bridges, as proposed by Glória Anzaldúa (2005), this work presents as it's final considerations sexuality and race, as well as corporeality, class and territory in world analyzes and a new perspective of knowledge, understanding that lesbianities and non-white bodies do not constitute homogeneous categories, despite the similarities in their

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (PPGNEIM/UFBA). Integrante do Grupo de Estudos Feministas em Política e Educação (GIRA/UFBA)

experiences, given they also have its' specificities. Therefore, it is essential to see colonialism not as an ending point, but as a starting one, as well as its interference in the production of studies that we use for the decolonization of knowledge.

Keywords: Lesbian studies, black studies, decolonial, epistemologies.

Resumen: Este artículo hace referencia a un extracto de una investigación de maestría basada en inquietudes que surgen del campo investigado donde se notó que, en ocasiones, las teorías negras se utilizan comúnmente para referirse a temas que tocan, o incluso se centran, las lesbianas. A fin de comprender esa elección epistêmica, incluso no raro en detrimento de las próprias teorías lesbianas, ese trabajo se propone a desvendar y reflejar sobre los puntos de encuentro y puntos de divergencia entre las teorías lesbianas y negras proponiendo como epistemologías subalternas / decoloniales como sea posible intersección entre ellas. Para traer diálogos y puentes, como propone Glória Anzaldúa (2005), este trabajo presenta como consideraciones finales la necesidad de considerar la sexualidad y la raza, así como la corporalidad, clase y territorio en el análisis y propuestas del mundo, entendiendo que lesbianidades y cuerpos no blancos, no constituyen categorías homogéneas, pero a pesar de las similitudes en sus vivencias, también hay especificidades. Por lo tanto, es esencial ver el colonialismo no como un punto final, sino como un punto de partida, sus interferencias en la producción de epistemes que utilizamos en la búsqueda de la descolonización del conocimiento.

Palabras-clave: Teorías lesbianas, teorías negras, decolonial, epistemologías.

Introdução

Temo escrever, pois mal sei se as palavras que estou usando são minha salvação ou minha desonra. Parece que tudo ao meu redor era, e ainda é, colonialismo. (KILOMBA, 2008, p. 66).

A proposta desse trabalho surge a partir de inquietações e reflexões encontradas no meu campo de pesquisa de mestrado, durante a confecção dos Diários de Campo, nos quais pude perceber que as epistemologias negras decoloniais são comumente utilizadas para referenciar temas centrados ou tangentes às lesbianidades chegando, por vezes, a serem escolhidas em detrimento das próprias epistemologias lésbicas. O que motiva as escolhas epistêmicas dessas pesquisadoras? O que há nas epistemologias negras e/ou decoloniais que parecem embasar as discussões acerca das lesbianidades?

Nesse trabalho me proponho a tecer diálogos e pontes, como já sugeria Glória Anzaldúa (2005) entre teorías lésbicas, negras e decoloniais, ansiando encontrar pontos de convergência, mas também divergências para assim compreender essas diferentes

epistemias, onde se encontram e onde se bifurcam. E é a partir desse pensamento que me chega uma primeira inquietação com o título proposto para o trabalho.

Ao questionar o que as teorias lésbicas têm a aprender com as epistemologias negras decoloniais penso nas autoras que em suas obras - e em seus corpos - interseccionam essas duas categorias colocadas como distintas. Como separar o “ser lésbica” e o “ser negra” de Audre Lorde? Como fragmentar o “ser queer” e o “ser chicana” de Glória Anzaldúa? Como dissociar o “ser periférica”, o “ser negra” e o “ser lésbica” de Luana Barbosa? Não só não posso fazê-lo como também seria uma violência tremenda tentar.

Como já diria Doroteia Grijalva (2020), o corpo é um território político. E enquanto território e enquanto político se torna campo de disputa também. Audre Lorde (1984) nos ensina, no entanto, que não há hierarquia de opressão e a partir daí podemos pensar juntamente com o Coletivo Combahee River (2019) quando afirmam: “[...] achamos difícil a separação de raça, classe e opressão sexual, porque em nossas vidas elas são em geral sentidas simultaneamente.”.

Assim, o manifesto do coletivo compreende que os sistemas de opressão estão interligados e que não basta uma posição antirracista e antissexista somente, sem pensar outros marcadores como heterossexismo e o capitalismo. Audre Lorde (1984, np) disse que “dentro da comunidade lésbica eu sou negra, e dentro da comunidade negra eu sou lésbica”.

Meu percurso teórico aqui se faz, então, a partir das imbricações. Não parto do pressuposto de que as teorias lésbicas se dissociam por completo das epistemologias negras decoloniais mas, pelo contrário, percebo que não apenas existe uma significativa interseção e ponto de encontro, como também penso ser imprescindível utilizar desse ponto em comum para propor e exercitar novos modos de pensar, produzir e fazer ciência, *decolonializar* o pensamento.

Compreendendo a importância da posicionalidade, de renegar a ideia de neutralidade e, portanto, fugir da invisibilidade das entrelinhas de citações normatizadas, declaro que escrevo esse texto enquanto lésbica, branca, tendo consciência da branquitude como o enunciar de uma raça também, e que, portanto, me localiza socialmente em um lugar privilegiado e vivenciado a partir da branquitude. Dessa forma, me vejo nesse trabalho muito mais como aprendiz, sem intuito de trazer respostas fechadas, mas sim de

propor reflexões.

Partindo do que talvez seja o primeiro ponto de convergência entre as autoras lésbicas e negras, ambas fazem críticas ao feminismo hegemônico, e o modo como ele utiliza a categoria “mulher” enquanto sujeito universal e homogêneo, portanto, brancas, burguesas e heterossexuais. Além disso, lésbicas, negras e “mulheres populares” questionam a subordinação das mulheres e a forma desigual dos impactos do patriarcado.

Sobre isso, Luiza Bairros (1995) afirma que o *ponto de vista feminista* não compreende as opressões como somas (racismo + sexismo + homofobia), mas como um mosaico, multidimensional, isto é, cada pessoa “experimenta a opressão a partir de um lugar que proporciona um ponto de vista diferente do que é ser mulher numa sociedade desigual, racista e sexista” (BAIROS, 1995, p. 461), nessa perspectiva as experiências são contextualizadas histórico e culturalmente.

Para Ochy Curiel (2007), a heterossexualidade como sistema de opressão para as mulheres é um dos pontapés para o surgimento da lesbianidade enquanto pensamento e prática política, e devido à rejeição dos movimentos feministas a essas questões é que as lésbicas passam a se organizar em grupos exclusivos. Lélia Gonzalez (2020) também afirma que não é incomum mulheres negras optarem por se organizarem com o movimento negro em rejeição ao movimento de mulheres, se neste segundo muitas vezes são acusadas de antifeministas por pautar as questões raciais. Ou seja, reforço aqui, mais uma vez, que o feminismo hegemônico e a categoria “mulher” não parece nos contemplar satisfatoriamente.

A autora bell hooks propõe uma equivalência nas lutas entre lésbicas e negras ao dizer que dentro do feminismo as lésbicas sempre precisaram confrontar a lesbofobia de tal modo que se assemelha como as mulheres negras, heterossexuais ou não, precisaram confrontar o racismo. Doroteia Griva já (2020, p. 22) nos diz:

Aos poucos me convenci de que ser feminista é um processo de busca pessoal constante, de reavaliação e de honestidade, e entendi que a existência de pensamentos e atitudes racistas de muitas feministas não é justificativa para passar ao largo das ricas contribuições de feminismos que nos permitem repensarmo-nos e assumirmo-nos como sujeitas pensantes e atuantes.

Yuderkis Espinosa (2004), defende o não rompimento com o feminismo quando afirma que recusar a relação entre as políticas lésbicas e feministas é recusar a nossa própria história. Assim, para a autora, a política feminista não pode ser pensada sem a

existência das lésbicas, do mesmo modo que a política lésbica não pode ser pensada fora da política feminista. A proposição de um feminismo outro não heterossexista, antirracista e anticapitalista poderia ser então um elo entre as pautas negras e lésbicas?

É a partir daí que uma proposta decolonial, de acordo com Ochy Curiel (2019) pode nos oferecer uma maior compreensão das imbricações entre raça, classe, sexo, sexualidade e geopolítica, justamente por ser uma proposta feita por feministas indígenas, lésbicas, afro populares, dentre outras, como denúncia a um feminismo hegemônico reprodutor de racismo, classicismo e heterossexismo em sua política. O feminismo decolonial não só revisa como problematiza esse feminismo.

Uma posição decolonial feminista implica entender que tanto a raça quanto o gênero, a classe, a heterossexualidade, etc. foram constitutivos da episteme moderna colonial, não são simples eixos de diferenças, mas são diferenciações produzidas pelas opressões imbricadas que o sistema colonial moderno produziu. (CURIEL, 2019, p.45)

Portanto, raça, gênero e classe não são apenas categorias analíticas, mas estão relacionadas numa ordem mundial capitalista moderna-colonial. Ângela Figueiredo (2020) propõe que as críticas levantadas pelo feminismo, pelo feminismo negro e pela perspectiva decolonial – e aqui eu acrescentaria o feminismo lésbico - são as bases fundamentais para o surgimento de novas epistemologias.

Antes de passarmos para discussão acerca das teorias do conhecimento, gostaria de pensar em cima de alguns conceitos-chave tanto para as teorias lésbicas quanto para as teorias negras. Compreendendo se tratar de sujeitas subalternizadas, e, portanto, que lutam em busca de visibilidade, rompendo com o silêncio coercitivo de séculos de apagamento histórico, quero pensar brevemente em cima do conceito de “experiência” e de “heterossexualidade compulsória” e como dialogam.

A experiência parece ser um dos conceitos centrais para as epistemologias negras (BAIROS, 1995; FIGUEIREDO, 2020; GONZALEZ, 2020), com algumas pequenas diferenças de concepções. A experiência pessoal, individual e coletiva retoma o grito de ordem de “o pessoal é político” (FIGUEIREDO, 2020), também faz parte de um processo de identificação com algo pelo qual se é oprimida e violentada (GONZALEZ, 2020).

Para Luiza Bairos (1995), a experiência tanto é importante para rompimento da dualidade subjetividade x objetividade, como também corre o risco de cair em generalizações, tomando experiências locais como totalitárias. Patrícia Hill Collins (1986) afirma que temas universais são experienciados de formas distintas devido a outros

marcadores como classe, orientação sexual, território, idade, etc, e, portanto, não podemos homogeneizar as vivências de um grupo.

Dois exemplos dessas experiências universais seriam a maternidade e a sexualidade, ambas colocadas como uma “função” da mulher atrelada ainda a seu papel na sociedade, de prover herdeiros e satisfazer os prazeres do homem. Luiza Bairos (1995) afirma que o conceito mulher, apesar de reinventado, ainda se utiliza de estereótipos baseados na ideia de natureza, ou seja, os papéis de gênero (mulheres como passivas e emocionais, por exemplo), buscando explicações a partir de uma suposta *natureza feminina*.

Aqui cabe pensarmos em cima da heterossexualidade compulsória como ideologia coercitiva das mulheres, a partir da definição do que seria o “papel da mulher na sociedade”, isto é, as experiências universais mencionadas anteriormente. Tânia Swain (2010) traz que a problematização da heterossexualidade compulsória como instituição política não se trata de uma coerção a homossexualidade, mas de compreender seu caráter opressor.

Adrienne Rich (2010) complementa ao afirmar que não é a heterossexualidade a opressora das mulheres, mas sua obrigatoriedade social e política. Para Tanya Saunders (2017), a autonomia das mulheres é vista como ameaça à família, Estado e a religião, principais instituições de manutenção da heterossexualidade, e afirma se tratar de um sistema racializado e colonial.

FEMINISMO DECOLONIAL: outros modos de pensar fronteiras.

Mas o que seria essa apropriação colonial e quais as perspectivas e estratégias nos cabem para seu enfrentamento? A crítica decolonial tem origem na América Latina, nos anos 90, a partir de um grupo de intelectuais e ativistas latino-americanos, como um projeto e uma construção conjunta de conhecimento, é o que Nelson Maldonado Torres chamará de “giro decolonial”, enquanto movimento de resistência política e epistemológica (CURIEL, 2019).

Revisitando Maria Lugones (2014) aprendemos que parte do projeto colonial é nos desumanizar, quanto mais se afasta do modelo de sujeito universal (isto é, homem, branco, ocidental) mais se afasta do sujeito humano. Logo, a noção de “humano” é construída a

partir de um perfil social, temporal e geolocalizada ao norte do globo. O que Kilomba nos afirma, é a denúncia desse “sujeito universal, pois cria hierarquias de mais ou menos humano: “uma mulher Negra diz que é uma mulher Negra, uma mulher branca diz que é uma mulher, um homem branco diz que é uma pessoa” (KILOMBA, 2016,).

O ideal de cientificidade está embasado na ideia de razão, objetividade e neutralidade, tidos como características masculinas que possuem funções epistemológicas e políticas. Pensar a produção de conhecimento sem considerar essas críticas recai no modelo do sujeito cartesiano como sujeito descorporificado, ou seja, que nega um corpo e, conseqüentemente, o universaliza enquanto homem, hétero, branco e europeu. Esse modo de produzir saberes tem influência direta na forma de pensar ciência e o conhecimento (KETZER, 2017).

A ciência que se diz neutra não oferece subsídios para compreensão de dinâmicas sociais, esvaziando conceitos e teorias que não tem aplicabilidade com intuito de transformação social (FIGUEIREDO, 2020). Portanto uma das grandes colaborações do feminismo para a ciência foi elucidar o sujeito produtor de conhecimento, porém, esse conhecimento é desqualificado como “não-ciência” e colocado à margem (KILOMBA, 2008). Para bell hooks (2019), a margem é um espaço de resistência e possibilidade, mas não somente pois, é também, um lugar de opressão, sob uma tentativa de ser posto para fora de algo que não pertencente ao centro.

Essa desqualificação perpassa por uma acusação de um conhecimento do “senso comum” que seriam oriundos dos movimentos sociais. A imposição do saber europeu como único referencial de conhecimento, desconsiderando as demais outras formas de compreender e interpretar o mundo, rejeita ou desqualifica tudo o que foge desse rigor científico, cometendo, assim, violência epistêmica (ROSA; ALVES-BRITO; PINHEIRO, 2020).

É nessa discussão acerca de epistemes que Sueli Carneiro, em sua tese nos apresenta o termo “epistemicídio” (2005) e, juntamente com Boaventura de Souza Santos (2009), convergem que matar a epistemologia é uma das formas de matar um povo. É pressupor que existe um conhecimento mais importante do que outro, e, conseqüentemente, propagar a superioridade e inferioridade de povos.

Nesse ponto a Chimamanda Adichie (2019, p. 23) nos apresenta sua fala sobre “o perigo da história única”, de acordo com ela:

[as histórias] como elas são contadas, quem as conta, quando são contadas e quantas são contadas depende muito de poder. O poder é a

habilidade não apenas de contar a história de outra pessoa, mas de fazer que ela seja sua história definitiva.

A proposta feminista decolonial propõe, então, elucidar as vozes subalternizadas como enfrentamento a uma produção de conhecimento a partir de um “ponto zero”, responsável pela criação de uma narrativa universal, centrado nos saberes europeus e estadunidenses como detentores de conhecimento absoluto (CURIEL, 2019). Enquanto proposta de uma epistemologia subalterna, decolonial, negra, lésbica, como não dialogar com os movimentos sociais? Ângela Figueiredo (2020) traz que o feminismo negro foi e ainda é produzido fora da academia através de instrumentos como a arte, utilizada como forma de expressão, aprendizados e ensinamentos e reflexões de vida.

A produção de conhecimento deve fazer parte da prática política, de modo a reconhecer que parte desse conhecimento se produz nos movimentos sociais. Dessa forma, engloba os interesses de uma parte majoritária da sociedade e apresenta uma melhor interpretação da realidade, porém acaba não sendo legitimado dentro da academia. (TEIXEIRA; SILVA; FIGUEIREDO, 2017)

É nessa tensão, nesse conflito de espaço que Grada Kilomba (2008) afirma que os corpos negros são construídos para não pertencer, e que estão sempre “fora do lugar”, diferente dos corpos brancos que pertencem a todos os lugares. Certos corpos não são lidos como “corpos acadêmicos”. “Os outros” são como estrangeiros, isto é, ocupam um lugar limítrofe, são os “intelectuais marginais” (COLLINS, 1986). “Serás-hétero-ou-não-serás” (WITTIG, 2010), serás-branco-ou-não-serás, serás-o-outro-ou-não-serás, sempre em perspectiva com o ideal de humano imposto.

De acordo com Bourcier (2020), os estudos negros, feministas, lésbicos, vem transformando a universidade, principalmente as ciências sociais, rompendo com as epistemologias do ponto zero, isto é, epistemologias hétero, androcêntricas e brancas. Assim, são construídas novas epistemologias. As posições marginais evocam emoções, dores e raivas e que a partir disso pode-se – e deve-se – construir articulações teóricas e metodológicas (KILOMBA, 2008)

Epistemologia também é chamada de “teoria do conhecimento”, é a construção do conhecimento científico a partir de critérios de consistência lógica de teorias (KILOMBA, 2008; FIGUEIREDO, 2020), e, assim, é determinando questões, temas, análises, explicações e conduções de pesquisas, determinando também em quem devemos confiar e quais

saberes validar. “Feministas negras tem questionado não apenas o que tem sido dito sobre mulheres negras, mas também a credibilidade e as intenções daqueles que detém o poder de definir” (COLLINS, 1986).

A historiadora Patrícia Lessa (2003, p. 5) afirma: o que a história não conta não existiu, sendo assim, o silenciamento de vozes sociais é um apagamento de sujeitos, histórias e realidades que também marca uma “existência abjeta, indesejável”. Portanto, as epistemologias do sul, muito além de uma representação geográfica de discursos, elucidam lugares de subalternidades, ecoam vozes historicamente, economicamente, politicamente e territorialmente silenciadas, nos oferecem contra narrativas possibilitando outras histórias, plurais e diversas.

É necessário ter em vista também que a decolonialidade não se restringe a um projeto acadêmico, mas um projeto teórico, político, epistêmico, e, também, ético (EDUCAÇÃO..., 2020) de pensar outras possibilidades de mundo. O projeto decolonial não é um discurso, mas uma práxis, ou seja, uma teoria alinhada à prática. Sendo assim, atrelada à uma discussão epistêmica é primordial repensar a linguagem.

Pensar linguagem é revisitar Lélia Gonzalez (1988), é, também, compreender a amefricanidade, categoria que resgata a história do nosso continente, da ancestralidade, da *Abya Yala*². Melino (2020) diz que se a linguagem do opressor nos aprisiona, a fuga dessa prisão exigiria poetas da linguagem, e não há como pensar em poetas sem mencionar Audre Lorde (2019) e sua constatação sobre o potencial libertador e revolucionário da poesia: “Os patriarcas brancos nos disseram: penso, logo existo. A mãe Negra dentro de nós – a poeta – sussurra em nossos sonhos: eu sinto, portanto eu posso ser livre.”.

Ângela Figueiredo (2020) propõe então enegrecer a linguagem, aqui gostaria de propor, também, lesbianizar, não somente a linguagem como nossas bibliografias. Afinal, quantas lésbicas estudamos? Quais são as teorias lésbicas incorporadas aos currículos e grades acadêmicas? Quantas produções sobre lesbianidades temos? Zuleide Paiva (2016) já disse que lesbianizar é disputar campo e espaço, e nesse sentido podemos compreender o *continuum lésbico* de Adrienne Rich (2010) como uma aliança política, econômica, social, sexual e, por que não, acadêmica, entre mulheres: negras, trans, não heterossexuais, entre outras.

² Refere-se a América na língua do povo Kuna. Abya Yala vem sendo reivindicada pelos povos originários do continente em contraponto à nomeação de “América” pelos colonizadores. Para saber mais: <https://iela.ufsc.br/povos-origin%C3%A1rios/abya-yala>.

SOMOS TODAS MULHERES?

E como a discussão acerca das sexualidades dizem respeito também às mulheres negras, lésbicas ou não? Tanya Saunders (2017) chama atenção para o fato de que uma mulher negra, principalmente de classe abastadas, não terá os mesmos privilégios da heterossexualidade que uma mulher branca, e, portanto, falar sobre heteronormatividade negra não faz sentido para a autora, tornando-se uma impossibilidade.

Assim, pensar mulheres negras e mulheres lésbicas possuem semelhanças, inclusive, por vezes, recusarem a categoria “mulher” que nem sempre nos cabem. Se o ser mulher perpassa por papéis sociais visto como parte da natureza, esses papéis serão diferentes para as lésbicas e negras. Para Wittig (2010) não existe natural na cultura, portanto, são papéis construídos socialmente e politicamente.

Pensando na ideia de natureza e o que é ser mulher lembro do discurso de Sojourner Truth, abolicionista, afro-americana e ativista na Convenção Nacional Pelos Direitos das Mulheres, nos Estados Unidos, feito em 1851³, denunciando o racismo que mulheres negras sofriam e o sexismo que afetava tanto as mulheres negras quanto brancas, refutando argumentos sexistas de “sexo frágil” como incompatibilidade com o sufrágio feminino. Sojourner exemplifica com situações em que ela desafiava o que era dito “comportamentos femininos”, como por exemplo, não precisar de ajuda para embarcar em uma carruagem, pular poças, ou até mesmo arar a terra, plantando, como os homens negros.

Sourjourner então questiona: “e eu não sou uma mulher?” (DAVIS, 2016). Mais de um século após sua indagação Wittig⁴ (2010) vem afirmar: “as lésbicas não são mulheres”. Negando justamente a ideia de natureza, de que existe uma mulher verdadeira a ser alcançada. Mas quem pode alcançar esse ideal? E quem deseja? Se fugimos do que é esperado de nós enquanto mulheres, então talvez a categoria *mulher* não nos caiba, e ainda, talvez nos aprisione mais à colonialidade e acabe podando as possibilidades epistemológicas de expandir críticas, pensamentos e categorias.

³ Discurso completo pode ser encontrado a partir do link: <https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/>

⁴ Esse questionamento foi publicado originalmente em 1992, “The Straight Mind And Other Essays”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreendo então que o feminismo decolonial se mostra como um ponto de insurgência para as teorias latino-americanas, tanto lésbicas quanto negras. Faz centrar nossas análises na América Latina, desviando do foco demasiado dado à Europa, e nos localiza na geopolítica do conhecimento, permitindo que os subalternos não só falem como também sejam ouvidos.

A fim de conclusão dessa escrita e tentando pensar em algo próximo de uma resposta para a indagação desse trabalho, podemos considerar que:

1. É inviável, insuficiente e antirrevolucionário qualquer proposta de transformação social que não olhe para sexualidade e raça, assim como para corporalidade, classe e território.
2. O conceito de experiência é bastante interessante se pensado a partir de uma relação de proximidade e distanciamento, no sentido de reconhecer a história de vida pessoal mas não torna-la porta voz de toda e qualquer experiência, pois a lesbianidade, assim como corpos não brancos, não constituem uma categoria homogênea.
3. Enxergar o colonialismo não como ponto final, mas como ponto de partida para perceber suas interferências na produção de ciência, e saberes, nas epistemologias que utilizamos em busca da decolonização desses conhecimentos.

Portanto, a decolonialidade, por si, está engajada na transformação social, e isso implica acabar com as desigualdades e as estruturas de opressão. Para isso, o caminho se faz ao sul, com reconhecimento epistêmico e saberes subalternizados, é hora de rever os indicativos de nossas bússolas. Há quem diga ser uma utopia, que seja então, mas escolho pensar com a Ochy Curiel (2020) quando diz que: “a decolonização não pode ser outra coisa senão a capacidade de recriação do mundo”.

Para concluir o trabalho e atualizar novos questionamentos: ainda faz sentido diferenciarmos epistemologias negras e epistemologias lésbicas ou podemos pensar ambas enquanto epistemologias subalternas? E se possível separá-las, as epistemologias negras dão conta de explicar as lesbianidades e vice-versa? Penso que o diálogo entre teorias lésbicas e epistemologias negras decoloniais é imprescindível a fim de fortalecer as vozes subalternizadas possibilitando cada vez mais epistemes que abandonam as dualidades e binaridades, independentemente de como nomeá-las.

Ângela Figueiredo (2020) defende que para uma epistemologia insubmissa feminista negra decolonial – e lésbica! – é preciso recuperar os discursos produzidos nos movimentos sociais. A epistemologia insubmissa seria uma ciência engajada e disposta a promover transformações sociais. Essas teorias do conhecimento também têm possibilitado a criação de novas metodologias, mas essa discussão fica para um próximo trabalho.

E quando nós falamos temos medo
de que nossas palavras não serão ouvidas
nem bem-vindas
mas quando estamos em silêncio
nós ainda temos medo.
Então é melhor falar
lembrando
de que nunca fomos destinadas a sobreviver.
(LORDE, 1978, tradução livre⁵)

Referências

ADICHE, Chimamanda Ngozi. **O Perigo da História Única**. Tradução por: Julia Romeo. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. 61p.

AMÉRICA Latina e Saúde Global - com Ochy Curiel e Helena Vieira. Coordenação de Helena Vieira. Rio de Janeiro: Pausa Para O Fim do Mundo, 2020. (64 min.), color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?> Acesso em: 02 dez. 2020.

ANZALDÚA, Gloria. La Conciencia de La Mestiza / Rumo a Uma Nova Consciência. **Estudos Feministas**. Florianópolis, v.13, n.3, p. 704-719, 2005.

BAIROS, Luiza. Nossos Feminismos Revisitados. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 458-463, 1995. DOI: <https://doi.org/10.1590/%25x>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16462>. Acesso em 30 jun. 2021.

BOURCIER, Sam. **Homo Incorporated**: o triângulo e o unicórnio que peida. Tradução de: Marcia Bechara. São Paulo: N-1 Edições, 2020. 266 p.

COLLINS, Patrícia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 99-127, jan./abr. 2016.

COMBAHEE RIVER, C.; PEREIRA, S.; GOMES, L. S. Tradução: Manifesto do Coletivo Combahee River. **Plural**, [S. l.], v. 26, n. 1, p. 197-207, 2019. DOI: 10.11606/issn.2176-8099.pcso.2019.159864. Disponível em:

⁵ Poesia de Audre Lorde intitulada “Litany for Survival”, texto original disponível em: <https://www.poetryfoundation.org/poems/147275/a-litany-for-survival>. Acesso em: 04 de jul. de 2021.

<https://www.revistas.usp.br/plural/article/view/159864>. Acesso em: 4 jul. 2021.

CARNEIRO, Aparecida Sueli; FISCHMANN, Roseli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CURIEL, Ochy. **El Lesbianismo Feminista**: una propuesta política transformadora. Alainet: 2007.

CURIEL, Ochy. Construindo metodologias feministas desde o feminismo decolonial. In: BALDUINO, Paula de Melo et. al. (org.). **Descolonizar o feminismo**. Brasília: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, 2019. Disponível em: <http://revistaeixo.ifb.edu.br/index.php/editoraifb/issue/view/115/47> . Acesso em: 04 jul. 2021.

DAVIS, Angela. Classe e Raça no Início da Campanha Pelos Direitos das Mulheres. In: DAVIS, Angela. **Mulheres Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo, 2016. 244 p. Tradução por: Heci Regina Candiani.

EDUCAÇÃO e Decolonialidade – Carla Liane Nascimento – Deise Vilas Boas – PPGIM UFBA. Coordenação de Deise Vilas Boas. Salvador: Educação e Ciências, 2020. (171 min.), color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YKtKxeThPVk&t=9368s>. Acesso em: 02 dez. 2020.

ESPINOSA, Youderkys. La Relación Feminismo-Lesbianismo en América Latina: una vinculación necesaria. In: Jornada de Reflexión Lésbica de Rosario, 1., 2004. **Tópico Temático...** Rosário, 2004.

FIGUEIREDO, A. Epistemologia insubmissa feminista negra ecolonial. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 12, n. 29, p. 02-24, 2020. DOI: 10.5965/2175180312292020e0102. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180312292020e0102>. Acesso em: 29 jun. 2021.

GRIVALJA, Doroteia Gómez. **Meu Corpo é um Território Político**. Rio de Janeiro: Zazie, 2020. 36 p. Tradução de: Sandra Bonomini. Disponível em: <http://www.zazie.com.br/pequena-biblioteca-de-ensaios-1>. Acesso em: 22 ago. 2020.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 93, n. 92, p. 69-82, jan. 1988.

GONZALEZ, Lélia; RIOS, Flavia; Lima, Márcia (orgs.). **Por um feminismo latinoamericano**: ensaios, intervenções e diálogos. Editora Zahar, 2020. 509 p. Tradução por: Barbara Cruz, Carlos Alberto Medeiros, Catalina G. Zambrano, Tunã Nascimento.

HOOKS, bell. **O Feminismo É Para Todo Mundo**: políticas arrebatadoras. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018. 175p. Tradução por: Ana Luiza Libânio.

HOOKS, bell. **Teoria Feminista**: da margem ao centro. São Paulo, Editora Perspectiva, 2019. 256 p. Tradução por: Rainer Patriota.

KETZER, Patricia. Como Pensar Uma Metodologia Feminista? Surgimento, Repercussões e

Problematizações. **Argumentos**. Fortaleza, v. 9, n. 18, jul./dez. 2017, p. 95-106.

KILOMBA, Grada. **Memórias de Plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio Grande do Sul: Cobogó, 2019. 248 p. Tradução de Jess Oliveira.

LESSA, Patricia. O que a história não diz não existiu: a lesbiandade em suas interfaces com o feminismo e a história das mulheres. **Em Tempo de Histórias**, Brasília, n. 7, p. 1-8, 07 fev. 2003.

LUGONES, Maria. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, Santa Catarina, v. 22, n. 3, p. 935-952, 19 set. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755>. Acesso em: 01 dez. 2020.

MELINO, Heloisa. A intimidade com a linguagem: conhecer também é um ato político. In: MENDONÇA, Amanda; VICENTE, Laila Maria Domith. **Jovens Pesquisadoras**: sexualidades dissidentes. Rio de Janeiro: Editora Autografia, 2019. Cap. 5. p. 137-158.

LORDE, AUDRE. **Irmã Outsider**: ensaios e conferências. Belo Horizonte: Autêntica Editora. 2019. 261 p. Tradução de: Stephanie Borges.

PAIVA, Zuleide. **Sapatão Não é Bagunça**: estudos das organizações lésbicas na Bahia. Salvador, 2016. 382. Tese. Doutorado Multiinstitucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento. UFBA, UNEB, UEFS, LNCC, SENAI-CIMATEC.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade Compulsória e Existência Lésbica. **Bagoas: estudos gays, gêneros e sexualidades**. Natal, v. 4, n. 5, jan./jun. 2010, p. 17-44.

ROSA, Katemari; ALVES-BRITO, Alan; PINHEIRO, Bárbara Alves Carine Soares. Pós-verdade para quem? Fatos produzidos por uma ciência racista. **Caderno Brasileiro de Ensino de Física**. Florianópolis, v. 37, n. 3, dez. 2020, p. 1440-1448. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/fisica/article/view/74989>. Acesso em 01 jul. 2021.

SOJOURNER Truth. E não sou uma mulher? Tradução de Osmundo Pinho, GELEDES, 8 de janeiro de 2014. Disponível em <https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth>. Acesso em 04 de julho de 2021.

SOUSA SANTOS, Boaventura de . Para Além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. In: SANTOS, Boaventura de Souza; MENESES, Maria Paula., (orgs.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra. 2009. p. 23-73.

SAUNDERS, Tania L.. Epistemologia negra sapatão como vetor de uma práxis humana libertária. **Periódicus**. Salvador, v. 1, n. 7, maio-out. 2017, p. 102-116. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/22275>. Acesso em 04 de jul. 2021.

SWAIN, Tania Navarro. Desfazendo o “Natural”: a heterossexualidade compulsória e o *continuum* lesbiano. **Bagoas: estudos gays, gêneros e sexualidades**. Natal, v. 4, n. 5, jan./jun. 2010, p. 17-44.

TEIXEIRA, Analba Brazão; SILVA, Ariana Mara da; FIGUEIREDO, Ângela. Um diálogo decolonial na colonial cidade de Cachoeira/Ba: Entrevista com Ochy Curiel. **Cadernos**

Gênero e Diversidade. Salvador, v. 3, n. 4, out./dez., 2017, p. 106-120.

Textos escolhidos de Audre LORDE. Compilado por Heretica Difusão Lesbofeminista Independente.

Em: <https://www.dropbox.com/s/ox6msu9i4h442ke/Textos%20escolhidos%20de%20Audre%20Lorde.pdf>. Acesso em: 04/07/2021. In: LORDE, Audre. Sister outsider: essays and speeches. New York: The Crossing Press Feminist Series, 1984.

WITTIG, Monique. El pensamiento heterosexual y otros ensayos. Barcelona: Egales, 2010.